

A Crise na Bolívia e sua relação com o sistema hemisférico

Gustavo Barros de Carvalho

A crise boliviana já leva mais de um ano e meio e não há perspectivas de curto prazo que levem a crer que a cisão social e falta de governabilidade sejam resolvidas a curto prazo. A radicalização da esquerda boliviana (representada em grande parte por sua maioria indígena) teve como ponto culminante a situação que levou à renúncia do ex-presidente Gonzalo Sánchez de Lozada (Outubro de 2003) e desde então o país tem visto um acentuação cada vez maior nas divisões do país.

De acordo com Max Weber o Estado é caracterizado por possuir o monopólio do uso legítimo da violência. Este conceito estaria intimamente ligado com a governabilidade, que segundo a uma definição da FLACSO em seu documento “Amenazas en la gobernabilidad en América Latina”, “um estado é governável quando cumpre requisitos mínimos, tais como o controle efetivo do território, o monopólio da força e a formulação e implementação de políticas públicas”.

Esses conceitos são de grande importância para se entender o caso atual boliviano. O país claramente demonstra fragilidade institucional em seu sistema democrático para resolver crises institucionais. Grande parte desta fragilidade (que tem como consequência um aumento da instabilidade e de problemas de segurança interna) tem relação com a incapacidade do Estado em atender as necessidades sociais da população. Estes problemas foram presenciados mais uma vez nas últimas semanas com as dificuldades que o presidente Carlos Mesa tem tido para governar. O pedido de renúncia do Presidente, o rechaço do Congresso ao pedido de renúncia, e o pedido e (imediato) rechaço a adiantamento¹ das eleições marcadas para 2007 para agosto deste ano conseguiram aumentar ainda mais a crise institucional pela qual passa a Bolívia.

Visto que o país claramente não logra sair dessa situação sozinho, a expectativa é que as instituições multilaterais atuassem de maneira a resolver e evitar novas crises. O que se percebe neste ponto, entretanto, é que os mecanismos multilaterais da região falharam ao evitar esse

¹ Tiveram origem na dificuldade de entendimento acerca da aprovação da Lei de Hidrocarbonetos, que regula a cobrança de maiores impostos sobre as empresas estrangeiras exploradoras de petróleo e gás natural.

recrudescimento da crise boliviana. Seria este, o momento de se promover mudanças nos eixos de ação destes mecanismos ao buscar prevenir crises que afetem a estabilidade da região?

Percebe-se no caso do Mercosul, que este se empenhou fortemente para evitar crises democráticas no vizinho Paraguai por meio da invocação do Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático (assinado em 1998 pelos governos do Mercosul em conjunto com Chile e Bolívia) e conseguiu, satisfatoriamente, ajudar na resolução da crise que passava o Paraguai. Entretanto, essa mesma atitude de pró-atividade do Mercosul não pode ser observada no caso da crise iniciada em 2003 na Bolívia (e seus desdobramentos futuros). Mesmo a mediação dos governos de Argentina e Brasil entre os manifestantes e o governo boliviano não conseguiu diminuir os efeitos da crise.

A Organização dos Estados Americanos tem tido um papel apático ao lidar com o grave problema de governabilidade do presidente boliviano. A partir de sua Carta Democrática (aprovada em 2001) foi estabelecido que os estados americanos têm a obrigação de defender os princípios democráticos no continente. Apesar disso, sua posição se limitou ao grupo de apoio à Bolívia (criado após o início da crise em 2003) que tomou uma posição de “observador atento” da situação boliviana, sem, portanto, tomar nenhuma atitude prática.

Não se busca aqui uma visão de que os organismos multilaterais deveriam ser a solução de todos os problemas do hemisfério. Tampouco que sua atuação seja inútil para a resolução e prevenção de crises nos países da região. Percebem-se movimentos no âmbito das Nações Unidas que buscam dar maior efetividade e legitimidade aos seus atos. O que se espera é que esse tipo de movimento de reforma possa ganhar força em nosso continente levando a que os organismos regionais (como a OEA), mesmo com suas limitações, possam ter maior capacidade de resposta para enfrentar as diferentes crises latino-americanas de maneira eficaz e pragmática.